

A HISTÓRIA EM TRANSE: QUESTÕES PÓS-COLONIAIS MOÇAMBICANAS NA OBRA DE MIA COUTO

José Dércio Braúna *

Resumo: Partindo das relações entre História e Literatura, este trabalho busca perceber as tramas que a obra literária de Mia Couto tece com a história de seu país, problematizando-a a partir de pressupostos das teorias pós-coloniais, implicando também um pensar sobre questões respeitantes à lusofonia.

Palavras-chave: Moçambique, Mia Couto, Pós-colonialismo.

Abstract: Leaving of the relationships between History and Literature, this work search to notice the plots that the literary work of Mia Couto weaves with the history of your country, problematizing it starting from presupposed of the post-colonial theories, also implicating a to think on the lusofonia and your subjects.

Word-key: Mozambique, Mia Couto, Postcolonialism.

A história de qualqueríssimo país é um texto de parágrafos salteados. Só o futuro os ordena, alisando as linhas, retocando as versões.

MIA COUTO, Cronicando

A história de Moçambique é um entrecruzar de muitas histórias. Mesmo desde quando sua idéia (como uma unidade nacional) não havia, havia já um trânsito intenso de gentes de muitas partes, algo de que nos fala Alberto da Costa e Silva (2006: 343):

Quando, nos primeiros séculos de nossa era, os bantos começaram a se espalhar pelas praias do Índico, ali já existiam, sobretudo nas ilhas contíguas à terra firme, pequenos entrepostos comerciais, onde vinham ter navios de nações distantes – romanos, árabes, persas.

Seja a história escrita sobre os tempos pré-coloniais, seja sobre os tempos coloniais, em todos esses tempos a metáfora do *mosaico* se reitera no uso para dar conta de pensar e dizer sobre Moçambique. Os tempos pós-coloniais não romperam essa percepção. O que sobre essa temporalidade (na acepção cronológica do termo) se escreve vem dizer da

* Universidade Federal do Ceará, Mestrando em História Social, Bolsista CAPES/PROPAG

persistência desse *mosaico* moçambicano – e da necessidade de pensá-lo, sob os seus variados aspectos.

Contudo, contra essa hibridez o estado se ergueu. O colonial, quando do processo de ocupação efetiva do território (em fins do século XIX), com a implementação de práticas que buscaram impor às gentes moçambicanas novos modos de vivência (culturas obrigatórias, assentamentos agrícolas, deslocamentos populacionais, trabalho migratório). Também o estado independente, nos moldes de sua orientação socialista, sob o ideário de criação de uma *sociedade nova* e de um *homem novo e revolucionário*, também esse estado marchou pelos caminhos do centralismo, da moldura de condutas, práticas e costumes (operação produção, campos de reeducação para os “desviantes”, aldeias comunais), alterando modos de vivências, de concepção de mundo de muitas populações. Mas é certo que essas “estruturas” pensadas não se implantaram tal qual desejado; é certo que, colocadas em marcha, elas tiveram de lidar com um incômodo elemento: as gentes, o *Povo* que, em sua travessia dos discursos às experiências cotidianas, redimensionaram esses projetos pensados em *Seu nome*.

Assim, pensar os tempos pós-coloniais é trabalhar sob o signo da idéia de *negociação*, *mediação*, *tradução* – seguindo o pensamento de autores como Homi Bhabha (1998), Stuart Hall (2003), Boaventura de Sousa Santos (1997, 2004) ou Kwame Anthony Appiah (1997). Por tratar-se de tempos e espaços híbridos, uma vez que as experiências aí vividas não permitem mais o *retorno* a algo anterior (*puro*), ou mesmo a criação de algo que possa negar por completo essas experiências, que, portanto, devem ser incorporadas, *mestiçadas* à história desses espaços e suas gentes, o modo de lidar com a história desses espaços deve, pois, ser híbrido, dialógico, comportar muitas (dísparas, conflitantes – mas não excludentes) percepções sobre o passado. E como tentar uma aproximação a esses espaços e tempos, a suas questões? A literatura pode ser uma janela a ser aberta.

Mas que ideia há na proposição de se pensar uma história em transe? Começo por aquilo que penso ser o fio que costura esses muitos pontos: a metáfora do atravessar. Ou “escrever história” não “é também mediar temporalidades, exercer a atividade de tradução entre naturezas, sociedades e culturas de tempos distintos”? Não é tarefa do historiador, “com sua narrativa”, construir “uma canoa que possa mediar, fazer se tocar as margens do passado e do futuro”? (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007: 33)

Se assim é, enquanto seguimos neste trabalho de carpintaria (de construção de nossa *canoa*), vamos fazendo uso das muitas que o senhor Mia Couto tem concebido. Em sua obra, muitos são os personagens que se prestam a esse ofício de *atravessar*, *transitar* (espaços, tempos e mundos), e nessas travessias irem costurando os tempos, num modo de dizer que

cada ser, assim como cada sociedade, *não é* (um absoluto), mas *tem vindo a ser* (uma construção histórica).

Nessa lida com a obra miacoutiana, toma-se como corpus principal de pesquisa três de seus romances – três travessias possíveis: *O último voo do flamingo*; *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*; e *O outro pé da sereia*; embora, de modo livre, naveguemos por todos os restantes trabalhos do autor, de ficção e não-ficção. Nessas obras, é possível se ler (no sentido lato do termo) muitas das complexas questões que perpassam a sociedade moçambicana. Sociedade que depois de uma década de luta pela independência (1964-1974), atravessa quase duas de guerra civil e que, estabelecido um processo de paz (1992-1994), tem de pensar como equilibrar tantas e tão complexas questões. Isto considerado, não há de ser demasiado surpreendente o fato de a literatura aí produzida trazer em suas páginas uma ligação forte com o tempo de sua nascença, deixando entrever a “trama de ambigüidades delicadas” em que se constitui a relação dos escritores africanos com seu passado (APPIAH, 1997: 115).

Trama que se tece em romances como *O último voo do flamingo* [2005]. Narrada por um tradutor, o Tradutor de Tizangara, a estórea se passa nos primeiros anos do pós-guerra civil, durante o processo de paz (1992-1994), em que soldados da ONU (os capacetes azuis) ainda estavam em missão em Moçambique. Ou como *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* [2003], outro romance em que a narrativa constrói-se colocando em paralelo diferentes formas de dar sentido para as “sucedências” que ali se dão, desse modo imbricando diversos modos de perceber e explicar o mundo. Trabalho também levado a cabo em *O outro pé da sereia* [2006], romance em que Mia Couto entrelaça duas estórias, dois tempos. No presente, conta-se das gentes de Vila Longe e Antigamente, do achamento de uma santa e dos restos mortais de um jesuíta morto no século XVI, dos preparativos para a chegada de um casal de estudiosos (um historiador e uma socióloga) afro-americanos, ali chegados em busca de histórias de escravos e de um reencontro com as “raízes profundas” da “Mãe África”. Do século XVI vem a outra estória: a da viagem da nau Nossa Senhora da Ajuda, saída de Goa, na Índia, em 1560, conduzindo o jesuíta D. Gonçalo da Silveira, que trazia a imagem de uma santa com o fito de catequese ao imperador do Monomotapa, lendária terra do ouro nos sertões moçambicanos. É por meio do *entrecruzar* dessas duas narrativas e de seus tempos que Mia Couto *põe em transe* as pequenas histórias de suas personagens com a história moçambicana; que ele trata de questões que não abandonam sua escrita: crítica à corrupção e aos desmandos, à pretensa “pureza” das identidades, trata das travessias culturais, das relações entre “modernidade” e “tradição” (suas concepções), das

questões entre memória e história (dos usos e abusos que lhe fazem). São viagens e tempos que se cruzam, deixando entrever um possível (e fugidio) retrato de Moçambique, retrato que só existe no “conflito entre o retrato e a moldura”, na expressão do autor. Assim, cremos que optar por uma metáfora que atravessasse a história (os tempos, as concepções de mundo) como mecanismo de leitura da obra miacoutiana em relação à história de seu país seja um caminho interessante a seguir, sobretudo considerando-se o fato de se estar a tratar de tempos pós-coloniais, tempos que carregam por *identidade* (se lhes é possível imputar alguma) as marcas da hibridez.

E se pensar as questões pós-coloniais implica considerar todas essas premissas, no caso de Moçambique isto ainda mais se complexifica, uma vez que elas (as questões pós-coloniais) são atravessadas (enquanto atravessam) um outro campo de forças: a lusofonia¹. Ela que, para uns, seria a nomeação de “solidariedades horizontais” decorrentes “da partilha de uma mesma língua e da miscigenação de memórias e tradições” (MARTINS, 2004: 8); já para seus críticos, ela não passaria de “um sopro gélido, muito necrófilo”, com vistas à exaltação do passado português, tendo a língua como mola-mestra, não passando, assim, da ordem dos mitos (MARGARIDO, 2000: 5), dado que tal glorificação da língua obscureceria o fato de Portugal ter “passado alguns séculos a impedir a alfabetização de continentes inteiros” (Ibid: 10), numa posição que pode tomar expressão nas célebres palavras do Cardeal Cerejeira, Patriarca de Lisboa, numa carta pastoral, de 1960:

Tentamos atingir a população nativa em extensão e profundidade para os ensinar a ler, escrever e contar, não para os fazer 'doutores'. [...] Educá-los e instruí-los de modo a fazer deles prisioneiros da terra e protegê-los da atracção das cidades, o caminho que os missionários católicos escolheram com devoção e coragem, o caminho do bom senso e da segurança política e social para a província. [...] As escolas são necessárias, sim, mas escolas onde ensinemos ao nativo o caminho da dignidade humana e a grandeza da nação que o protege. (Apud MONDLANE, 1975)

Pensar tal problemática é algo imprescindível para o entendimento da visibilidade tomada pela obra de Mia Couto (e dos autores *lusófonos* em geral), uma vez é imbricada em suas questões que as literaturas africanas em língua portuguesa ganham visibilidade em Portugal (centro irradiador do discurso lusófono), primeiro como *objeto* de estudo acadêmico, depois se tornando produto cultural de largo consumo.

¹ Conforme definição do Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa (2001: 2.310), temos: *Lusofonia*, s.f. 1. Qualidade de ser português, de falar português; o que é próprio da língua e cultura portuguesas. 2. Comunidade formada pelos países e povos que têm o português como língua materna ou oficial. 3. Difusão da língua portuguesa no mundo. (Apud MADEIRA, 2004: 7)

Considerando-se esses apontamentos, tomemos em consideração o caso de Moçambique. Independente politicamente de Portugal (a 25 de junho de 1975), era preciso então *construir uma nação*, nascida das mãos do “Povo inteiro do Rovuma ao Maputo, sem distinção de raça, etnia ou religião” (MACHEL, 1974: 7). Mas como fazê-lo? Como lidar com a herança colonial? Como fazer uso da história pré-colonial? Agora já não mais havia um confronto Eu versus o Outro colonizador; havia sim uma multidão a que se carecia dar um rosto, uma identidade, mesmo até uma língua unificadora em face do pluralismo lingüístico que caracteriza Moçambique, quicá daí advindo a insistência dos líderes independentistas contra as divisões, fossem elas de qualquer ordem: “Ninguém lutou por uma região, por uma raça, por uma tribo, por uma religião. Lutamos e continuaremos a lutar todos pela mesma nação, pelo ideal único da libertação da nossa terra e do nosso Povo.” (Ibid).

Vitoriosa na luta contra o colonialismo, a Frelimo buscou construir a nação sob os moldes de uma “matriz socializante” (COELHO, 2001); em seu projeto de nação, ela pretendeu tornar “sua linha político-ideológica compreendida, assumida, vivida e reproduzida no mais íntimo detalhe do cotidiano.” (BORGES, 2007: 115). Mas em que condições esse *querer* da Frelimo teve de ter consecução? Teve que ser diante de muitos condicionantes, como “a eventualidade de uma agressão militar externa a partir dos ‘regimes brancos’ da Rodésia e da África do Sul”; como as fragilidades pela “falta de quadros, de meios”, oriundas da saída de portugueses (e outros estrangeiros) que ocupavam cargos no aparelho estatal; reiteradas calamidades naturais (secas, enchentes), guerra civil contra a Renamo [Resistência Nacional Moçambicana] (COELHO, 2001); em suma, Moçambique não era uma página em branco, sem rasuras, à espera da escrita com as tintas revolucionárias da Frelimo; havia aí, nessas páginas de chão, escritas muitas com as quais a Frelimo teve de lidar. Pensando nisto, entende-se não ser por acaso que, em reiteradas oportunidades, dentro ou fora da ficção, Mia Couto reitere a necessidade de que se considere a pluralidade que Moçambique é, as “muitas nações” que a nação é (COUTO, 2005a: 93).

Pluralidade que, contudo, nem o colonialismo (em seu processo de implementação efetiva, em fins do século XIX) nem o socialismo frelimista, por opostas motivações, consideraram em seus projetos. Como observa João Paulo Borges Coelho, “ambos os Estados – o colonial e o socialista – combateram com igual energia e intolerância” tudo aquilo que, nas vivências das gentes moçambicanas, era considerado *valores errados, obscurantismo*; ambos, em suas práticas, pautaram-se pela total desconsideração das práticas e experiências daqueles a quem *dirigiam* (COELHO, 2001). Com efeito, pode-se aqui considerar que as gentes moçambicanas tinham de conviver/lutar contra as sequelas coloniais ao mesmo tempo

que tinham de moldar-se às diretrizes da cultura nova e revolucionária da Frelimo, que obstinadamente lutava contra “o tribalismo, o regionalismo, o racismo, as alianças sem princípios”, contra tudo aquilo que “constituem atentados graves contra a nossa linha e dividem as massas” (MACHEL, 1974), o que, em muitos domínios, representou não uma ruptura com as práticas colonialistas, mas uma continuidade, em sua não consideração desses modos de vivências rurais, sobretudo. E se aqui se tomar em reflexão as palavras de Michel de Certeau, quando este nos diz que “a história está, pois, em jogo nessas fronteiras que articulam uma sociedade com o seu passado e o ato de distinguir-se dele” (CERTEAU, 1982: 48), mais contundente e complexo se apresentará o jogo de construção da nação moçambicana, dado o drama das representações (e suas insuficiências) com que teve (tem) de lidar suas gentes.

Pensar questões pós-coloniais moçambicanas, partindo da obra de Mia Couto, requer se ter ciência dos desafios que a aproximação entre história e literatura nos traz. Para tal “enfrentamento”, nos termos de Sandra Jatahy Pesavento (2006: 3), requer-se “assumir, em uma primeira instância, posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade/ficção, ou a suposta oposição real/não-real, ciência ou arte”, pois que

A verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência dos personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada. (...) para o historiador que se volta para a literatura o que conta na leitura do texto não é o seu valor de documento, testemunho de verdade ou autenticidade do fato, mas o seu valor de problema. O texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através de fatos criados pela ficção. (Ibid: 8)

Creemos que essas sejam interessantes palavras (e encaminhamentos possíveis) para o trabalho com a obra de Mia Couto: pensá-la em seu *valor de problema* na busca por um entendimento acerca dos tempos pós-coloniais moçambicanos; tempos que, por suas próprias características (hibridismo, diluição de fronteiras, multiculturalismos, etc.), não permitem leituras fechadas: “nem *insider*, nem *outsider*, mas *in-between*, num entre-lugar, entre culturas e tradições”, lugar de fala por excelência desse “sujeito híbrido”, daí a predileção pelas “metáforas que sugerem a abertura ou a possibilidade de atravessamento” (LOPES, 2004: 65); daí nossa opção pelo *transe*, pelo atravessar, pelas margens, pela canoa.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru-SP: Edusc, 2007.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BORGES, Edson. *Estado e cultura: a práxis cultural da Frente de Libertação de Moçambique (1962-1982)*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – FFLCH/USP.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- COUTO, Mia. *O outro pé da sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *O último voo do flamingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *Pensatempos: textos de opinião*. Lisboa: Caminho, 2005a.
- _____. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- LOPES, José de Sousa Miguel. *Cultura acústica e letramento em Moçambique: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural*. São Paulo: EDUC, 2004.
- MACHEL, Samora. *Mensagem ao povo de Moçambique – por ocasião da tomada de posse do governo de transição em 20 de setembro de 1974*. Porto: Afrontamento, 1974.
- MADEIRA, Ana Isabel. A bandeira da língua como um arquétipo de pátria: ficções da Lusofonia em contexto pós-colonial. *Centro de Estudos Sociais, FE/UC*. Texto apresentado no VIII Congresso luso-afro-brasileiro, Lisboa, 16 a 18 set. 2004. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004>>. Acesso em 12 dez. 2005.
- MARGARIDO, Alfredo. *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições universitárias lusófonas, 2000.
- MARTINS, Moisés Lemos. *Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. Texto apresentado no X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, PUC/SP, 28 abr./01 mai. 2004. Disponível em: <<http://www.respositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1075?locale=pt>>. Acesso em: 15 mar. 2009.
- MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Afrontamento, 1975.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova história. In *Nuevo Mundo Mundo Nuevos, Debates*, 2006. Disponível em: <<http://www.nuevomundo.revues.org/pdf/1560>>. Acesso em: 09 abr. 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro*. Conferência de Abertura do VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16-18 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://ces.fe.uc.pt>>. Acesso em: 22 ago. 2005.
- _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 6. ed. Porto: Afrontamento, 1997.